

Com a viagem no final da próxima semana da ministra do Planejamento, Yeda Crusius, a Washington para manter contatos com o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fica claro que o programa de estabilização, que gradativamente vem tomando corpo, não se limita ao ajustamento da economia, no sentido ortodoxo que se dá à expressão. O programa contempla também uma virada anti-recessiva, com base em investimentos públicos, vinculados a financiamentos de instituições internacionais de fomento.

Há dois anos, disse Yeda Crusius, o Brasil não utiliza recursos para novos projetos aprovados pelo BIRD e pelo BID. E isso por uma razão simples: o País não tem destinado verbas para fazer as contrapartidas em cruzeiros dos financiamentos pleiteados e que, em grande parte, já poderiam estar fluindo. Para se ter uma idéia do montante praticamente congelado naquelas instituições internacionais, basta lembrar que, segundo o relatório do BIRD de 1992, o valor de empréstimos daquela instituição não desembolsados ao Brasil chega a US\$ 3,596 bilhões. Se a esse valor adicionarmos US\$ 1,443 bilhão relativos a em-

Contrapartida para o desenvolvimento

préstimos já aprovados, mas não efetivados, teremos nada menos do que US\$ 5,039 bilhões. E o não desembolso implica o pagamento de uma pequena taxa.

Tendo procurado, sem sucesso, ajustar a economia principalmente através de instrumentos monetários, o governo anterior tendia a considerar as contrapartidas em cruzeiros como um complicador a mais. Além disso, com a elevação das reservas, as autoridades monetárias de então consideravam dispensável o ingresso de um maior volume de divisas.

Contudo, não só o governo federal é responsável pela não utilização de recursos que deveriam promover o desenvolvimento do País. Governos estaduais e municipais freqüentemente não se interessavam realmente pelos projetos aprovados. Embora governadores e prefeitos pudessem considerar os projetos úteis, relutavam também em fazer as contrapartidas em cruzeiros, seja em função de condições financeiras difíceis, seja

porque preferiam canalizar investimentos para outras obras ou empreendimentos mais vistosos e que poderiam render maiores dividendos eleitorais.

Essa situação, felizmente, caminha para mudar. Na concepção da ministra do Planejamento, o Brasil deve entrar numa fase de geração de novos empregos e maior produção, esforçando-se para melhorar a qualidade de vida e diminuir os índices de pobreza. A intenção agora é trabalhar para que o País possa carrear um fluxo de financiamentos de instituições internacionais da ordem de US\$ 1 bilhão por ano.

Não foram especificados os projetos que serão de início beneficiados. A ministra mencionou apenas que há cerca de 180 projetos aprovados e que estão em reestudo, esclarecendo que eles tratam da manutenção e modernização de rodovias e da proteção ao meio ambiente. Ambas são áreas reconhecidamente carentes de atenção. As grandes rodovias federais, muitas delas construídas há vinte ou

trinta anos, não comportam mais o fluxo de tráfego e, como se tem visto, estão em condições deploráveis de conservação. Quanto ao meio ambiente, apesar de toda a fanfarra que se fez em torno da realização da Eco-92, o Brasil, proporcionalmente, é um dos países que menor volume de recursos têm destinado a projetos preservacionistas.

Não se pode dizer, contudo, que a questão da obtenção de recursos para as contrapartidas necessárias aos financiamentos externos já tenha sido equacionada. Houve um grande avanço quando se estabeleceu que dotações para isso deveriam constar do orçamento, enquadrando-se estritamente dentro das receitas previstas, considerados os efeitos do ajuste fiscal.

A dificuldade maior que a ministra deverá encontrar em Washington, onde estará entre 8 e 10 de março, será prever quando o Brasil terá orçamento para 1993. Com boa vontade, o relator da matéria, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), promete terminar o seu trabalho em 12 de março. Depois disso, a peça deve obedecer a uma tramitação, que pode ser longa ou curta, a depender da vontade política do Congresso Nacional.